

A GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL À LUZ DA SUSTENTABILIDADE

Ivete Inês Pastro (*); Norma Brambilla (**).¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir, à luz da literatura, as premissas que permeiam o gerenciamento da propriedade rural, a partir da perspectiva da sustentabilidade. As pressões exercidas por organismos não governamentais de proteção ambiental, pela legislação e pela conscientização da sociedade, impelem a um processo de reposicionamento estratégico, também, das propriedades rurais. Neste sentido, novos delineamentos estruturais estão sendo, aos poucos, incorporados à gestão, assim como, o redimensionamento de crenças e valores, que arquitetam o comportamento estratégico, tendo em vista, a conquista de consumidores potenciais e a própria sobrevivência do planeta.

PALAVRAS-CHAVE: gestão, sustentabilidade, consciência ambiental.

1- INTRODUÇÃO

O ambiente, de uma forma geral, enfrenta, pela própria interferência do homem na natureza, modificações constantes na sua conjuntura. Neste sentido, a adaptação das propriedades rurais parece ser, frente a esses desafios, fator primordial de sobrevivência e competitividade, além da contribuição e resgate da sustentabilidade da vida do planeta.

A preocupação com a sustentabilidade vem alterando o estilo gerencial, mais acentuadamente nas empresas. Não obstante, as propriedades rurais, também, mais cedo ou mais tarde, terão que redimensionar suas operações neste sentido, uma vez que fazem parte da cadeia produtiva e não podem sobreviver paralelamente. Dessa forma, o processo gerencial estratégico das propriedades rurais ganha complexidade, devido ao surgimento da variável ambiental, dos processos ecológicos e a sustentabilidade. Sendo assim, é necessário incorporar à gestão, procedimentos para redução da emissão de efluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência e, até mesmo, análises do ciclo de vida dos produtos e seu impacto sobre a natureza. Diante disso, o

¹ (*) Doutoranda em Agronomia (Área de Produção Vegetal – Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Rural Sustentável e Dinâmica da Agricultura Familiar) pela Universidade Federal de Pelotas/RS - UFPel; Mestre em Administração pela UFSC; Professora do Curso de Administração do CEFET/PR – Unidade de Pato Branco - ivete@pb.cefetpr.br.

(**) Professora do Curso de Administração do CEFET/PR – Unidade de Pato Branco; Especialista em Gestão Ambiental.

ponto de partida, parece ser, uma análise crítica, tendo em vista a realização de um processo ordenado, passando por uma interferência que seja a menos agressiva possível ao meio ambiente, a preservação dos cursos hídricos e sua vegetação ciliar, respeito ao relevo e tipo de solo, conservação da vegetação característica e uma integração entre a ocupação do solo e o meio existente, buscando, assim, o equilíbrio ambiental.

2 - DESENVOLVIMENTO

Historicamente, é preciso inferir e reconhecer, que a conseqüência do crescimento econômico ilimitado, num planeta finito, leva naturalmente a um desastre. Esse crescimento econômico, fomentado a partir da introdução do sistema capitalista, onde a produção em larga escala para o mercado não encontra barreiras, é a essência da destruição ambiental. No entanto, para que seja possível reverter tal situação, não é admissível que apenas se restrinja o conceito de crescimento econômico, mas que se trabalhe com novos desafios, buscando o desenvolvimento sustentável. Esse parece ser um critério fundamental para todas as atividades de negócio, inclusive a atividade rural. Neste sentido, LEFF (2001) observa a existência de contradições entre o capital, os processos ecológicos e os sistemas vivos. Ressalta, ainda, que a solução a tais contradições, não consiste em subsumir o comportamento econômico na lógica do vivo ou em internalizar, através de um conjunto de normas, as condições de sustentabilidade ecológica na dinâmica do capital. Nesse contexto, o processo de transformação de uma lógica puramente capitalista para uma prática baseada na sustentabilidade, perpassa o processo cultural, que envolve a socialização e a aprendizagem e pode ser observado através de um complexo sistema de ideologias, valores, crenças, comportamentos e atitudes. LEFF (2001) salienta, também, que as contradições entre a racionalidade ecológica e a capitalista ocorrem através da confrontação de diferentes valores e potenciais, arraigados em esfera institucionais e em paradigmas de conhecimento. Portanto, é possível construir e concretizar a racionalidade ambiental numa inter-relação permanente de teoria e *práxis*.

Observar o redimensionamento gerencial da propriedade rural à luz da sustentabilidade, na prática, somente pode ocorrer pelo aprendizado. A sustentabilidade, por sua vez, perpassa as questões ambientais, não podendo, portanto, serem dissociadas. Neste sentido, é importante deixar claro que, este trabalho, considera o eixo referencial preconizado por BECKER (1993), quando enfatiza que, as questões ambientais só podem ser trabalhadas de fato, se inseridas no contexto social e político

mais amplo, pois se trata da construção social da natureza. Neste sentido, é essencial o reconhecimento da relação homem-natureza como processo histórico, através do qual o ambiente é transformado. Assim, a sustentabilidade será decorrência da conexão entre movimentos sociais, mudança social e, conseqüentemente, possibilidade de elaboração de políticas mais efetivas.

Neste contexto, o crescimento e o desenvolvimento da propriedade rural passam a ser analisados, considerando o esgotamento progressivo dos recursos naturais, após longo período de exploração indiscriminada. A viabilidade econômica da propriedade rural deve expressar a sustentabilidade, através da convivência equilibrada entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais, de forma que se preservem os recursos naturais do planeta, a dignidade humana e o retomo financeiro dos investimentos. Neste sentido, MISRA (1996) propõe que, o desenvolvimento voltado à obtenção de melhores resultados deve ser precedido pela preocupação com a preservação e proteção ambiental, utilizando-se racionalmente os recursos, proporcionando melhorias nas condições de trabalho, melhorando o aproveitamento de matéria prima e energia, reduzindo os desperdícios, melhorando a qualidade dos produtos, minimizando os custos e as perdas. Além disso, os resíduos devem ser eliminados, reduzidas as suas fontes, reciclados e/ou tratados.

A expansão da consciência coletiva, em relação ao meio ambiente e a sustentabilidade, faz com que a sociedade veja a questão do desenvolvimento, comprometido com a preservação, o que tem induzido uma parcela de propriedades rurais a um novo posicionamento frente a essas questões. Complementando, SACHS (1986), também observa que a gestão economicamente eficiente, considera o desenvolvimento comprometido com a sociedade e com o meio ambiente, de forma a implementar ações que valorizem sua atuação social e minimize os impactos sobre a exploração da natureza.

A abordagem da sustentabilidade na gestão, que pode ser traduzida através da gestão ambiental ou ecológica deve, segundo OLLAGNON (1997), ser entendida como uma abordagem sistêmica da realidade, que pressupõe profundas mudanças culturais, pois os problemas ambientais não podem ser compreendidos de forma isolada; ao contrário, são interligados e interdependentes, como prevê o paradigma holístico. Essa condição exige a redefinição de conceitos, para que a gestão da propriedade rural seja entendida como um compromisso com o meio ambiente. O perfil do "novo" gestor revela o solucionador de problemas, reprodutor das forças e das relações produtivas e sociais,

dentro de um contexto maior de responsabilidade ambiental, ecológica e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o gestor deve trabalhar pela integração dos interesses individuais e coletivos que se reconhecem portadores de diferentes representações da relação sociedade-natureza, podendo estes serem sensibilizados a desenvolver um interesse comum pela transmissão intergerencial da qualidade dos recursos naturais e dos meios naturais, atuando de forma responsável e comprometida com o meio ambiente.

3- CONCLUSÃO

Em função das crescentes exigências da sociedade por um posicionamento mais adequado e responsável, no sentido de minimizar as diferenças entre os resultados econômicos e sociais, bem como, a preocupação ecológica que vem ganhando destaque, em face de sua relevância para a qualidade de vida das populações, a gestão deve assumir um novo posicionamento em sua interação com o meio ambiente. Neste sentido, as propriedades rurais são convocadas a contribuir, redimensionando suas posições frente à gestão, tendo em vista o alcance de um desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, garantindo a sobrevivência de seus negócios. Neste contexto, gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologista e ambientalistas, mas uma atividade que pode propiciar, inclusive, ganhos financeiros para as propriedades, na medida que seus produtos e processos atendam as novas exigências dos consumidores que além de qualidade e preço, esperam uma postura mais ética e comprometida com a questão ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B.K. **A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MISRA, K.B. **Clean production: environmental and economics perspectives spring.** Verlag, Berlin-Germany: Mercedes Druck-Print, 1996.
- OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado de gestão do meio rural. In : VIEIRA, P. F, WEBWR, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997, p. 171-200.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.